A IMPORTÂNCIA DE SE ELABORAR UM PPP NA ESCOLA

Angelita Hungria de Lima Silva e Vanda Vieira da Silva \*

RESUMO:

Este artigo tem como escopo ponderar algumas questões sobre o Projeto Político, mais conhecido como PPP. Aqui será apresentada a concepção de PPP; a finalidade de sua elaboração e de quem é a responsabilidade de elaborar um documento como este. Será abordada ainda neste artigo a formação de professores; a questão da gestão escolar; passando ainda por alguns teóricos da educação. Devemos salientar que nossa expectativa é que o trabalho aqui exposto contribua para o processo de formação de profissionais da área da educação e ajude na elaboração de um PPP e no desempenho da gestão escolar.

Palavras-chave: PPP; Instituição Escolar; Gestão Escolar; Professor; Aluno; Ensino.

1. O QUE É UM PPP?

O Projeto Político Pedagógico, também chamado de PPP, é um documento o qual toda escola deve elaborar com o intuito de melhorar a qualidade da instituição, apresentando o modo de pensar e agir dos participantes da elaboração do documento; realizar trabalhos em equipe por meio da sistematização de um processo de planejamento participativo; construir a identidade da instituição escolar, pontuando a cultura da escola e buscando uma forma de contribuir para a sua transformação.

O PPP está estruturado em três partes: I- Marco Referencial: que se subdivide em Marco Situacional, o qual enfatiza as questões financeiras e administrativa, pedagógica e sociocultural; Marco Conceitual que traça o perfil e a finalidade da educação; Marco Operacional que questiona como, quem, com quem, quando agir. Em outras palavras, é a apresentação dos ideais da instituição de um modo geral, explicitando as opções e os valores assumidos pela escola. II- Diagnóstico: está relacionado à pesquisa e à análise das necessidades da instituição e de todos os envolvidos diretos e a partir disso, tomar as devidas medidas e decisões para resolver os possíveis problemas. III- Programação: é ação real; as atividades e normas da instituição. Na programação é apresentada uma proposta de ação para se definir o que é necessário e possível para diminuir a distância em relação ao intento desejado pelos profissionais da educação.

Para se elaborar um PPP é preciso que se institua um cronograma para que haja a organização curricular, ou seja, deve-se estabelecer antecipadamente o calendário escolar; definir como e quando ocorrerão as comemorações e apresentações no decorrer do ano letivo; estabelecer as regras a serem seguidas pelos envolvidos na educação (professores, alunos, pais, gestores e funcionários em geral) bem como seus direitos; as ofertas de cursos e turmas, em suma o cronograma estabelece o passo a passo o funcionamento da instituição escolar.

Deve-se pontuar que a elaboração de um documento como este é realizada em conjunto e para se chegar a um acordo é necessário que se realize reuniões, troca de experiência e de ideias visando o bem estar geral e principalmente, priorizando o aprendizado e o conforto do aluno. Tais reuniões servirão para diagnosticar a realidade da escola e debater as medidas cabíveis para melhorar a qualidade do ensino; para oferecer uma estrutura física digna e para adotar metodologias ou procedimentos que estejam em conformidade com a realidade daquela instituição.

Agindo dessa maneira, a programação, a orientação e direção do desenvolvimento da instituição tornam-se mais prático, não obstante, com essas ações deve-se ainda fazer arranjos imprescindíveis para que se execute; controle e avalie as tarefas educacionais; em outras palavras, a organização de um PPP define a coordenação e as metas totais de uma instituição escolar.

Quanto ao estabelecimento do documento enfatizado, ressalta-se que tal iniciativa fica ao encargo do Gestor da instituição, que é assessorado por sua Equipe Pedagógica em parceria com a Secretária e seus auxiliares, além de outras instituições que integram a escola, como o Conselho Tutelar, por exemplo.

Em virtude dos fatos pontuados, assegura-se que compor um documento como um PPP além de trabalhoso e um processo meticuloso e por este motivo, os envolvidos devem ter o mesmo foco – os alunos e o ensino de qualidade -, para que não haja divergências que venham desviar as metas traçadas pelo PPP, portanto, sua preparação se dá por etapas e deve ser realizada com dedicação e responsabilidade.

1.1 HISTÓRICO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA - MT

O município de Alto Araguaia conta com apenas três Escolas Estaduais sendo que uma oferece apenas o Ensino Fundamental e as outras duas ofertam tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio.

É de suma importância elencar que o Município carece de mais escola, tendo em vista que com a instauração de diversas firmas, muitas famílias migraram para o local e nem sempre conseguem vagas para seus filhos estudarem.

Diante de tal realidade, a Prefeitura em parceria com o governo do Estado deveria investir mais na educação do município.

1.2 A ESCOLA MARIA AUXILIADORA

A Escola Estadual Maria Auxiliadora, está estabelecida à Rua Santa Rita, nº. 119, Centro. O Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Educação mantém o

estabelecimento, contudo, a administração é de responsabilidade das Irmãs Salesianas “Filhas de Maria Auxiliadora” da Inspetoria Nossa Senhora da Paz, que também ajuda na manutenção da instituição. Sua fundação se deu no dia 10 de Dezembro de 1954, segundo Decreto nº. 1.790.

A Instituição antes de tornar-se responsabilidade do Estado, era intitulada Instituto Maria Auxiliadora e funcionou em regime de internato. Atualmente funciona em dois turnos: matutino e vespertino, sua organização é por ciclos de formação humana e atende crianças e adolescentes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. É também uma escola inclusiva.

No quadro funcional da instituição existe uma Diretora (uma freira educadora), 02 coordenadores pedagógicos, uma professora articuladora, trinta e quatro professores, uma monitora para criança com necessidade especial, 06 funcionários, duas bibliotecárias, uma secretária e três auxiliares; uma monitora para crianças com necessidades especiais oito funcionárias de apoio; uma técnica de laboratório de informática; uma secretária e três auxiliares; dois guardas; além da colaboração de mais quatro freiras que residem no local. Não há psicólogo, nem nutricionista.

O espaço físico da escola é bastante amplo: possui 14 salas de aula, a sala da Direção; a secretaria; a sala da Coordenação; a sala dos professores; a Biblioteca; 01 LIED- Laboratório de Informática; a cozinha conjugado com o refeitório relativamente espaçoso; banheiros para professores; para servidores; para alunos – Masculino e Feminino; todos individuais, quadra de Esportes descoberta; Pátio para recreação; Capela; cantina; Salas adjacentes, aposentos das freiras; tudo em boas condições de funcionamento, tendo em vista que houve reforma recente e a troca de todo o telhado. As salas não são ambientes.

Quanto aos recursos didáticos a instituição possui televisão e aparelho de DVD, vídeo cassete e data-show, home-teacher, mimeógrafos, impressoras bolas, redes, cordas, jogos educativos...

O quadro de professores conta com profissionais graduados, muitos possuem curso de Especialização e dois são mestres, e pelo menos seis são mestrandos.

A Escola promove eventos anuais como: Festa Junina, Festa da Criança e Festa da Família e Festas Religiosas, como por exemplo, no mês de maio é realizada a Coroação

de Maria. Eventos como estes ajudam na promoção do entrosamento entre alunos, pais, escola e comunidade.

1.3 A ESCOLA CARLOS HUGUENEY

Conforme as informações obtidas junto à Direção, a Escola Estadual “Carlos Hugueney” está situada à Rua: Rio Branco, nº. 253, no Centro. Foi fundada no dia 26 de maio de 1950. Os alunos são provenientes de famílias cujo poder aquisitivo é um tanto diversificado. A escola funciona nos três turnos: Matutino, Vespertino e Noturno, num total de vinte e oito turmas; atendendo a uma média de 31 alunos por turma. A Instituição é mantida financeiramente pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEDUC – do Estado de Mato Grosso.

A Escola conta com um Diretor, 03 Coordenadores Pedagógicos, quarenta e quatro professores, 06 funcionários, um bibliotecário, duas técnicas de laboratório de informática; um secretário e três auxiliares; e dois guardas. Porém não possui psicólogo, nem nutricionista.

Quanto à estrutura física, o colégio é constituído por salas de aula, sala de Direção; Secretaria; Sala de Coordenação; Sala de professores; Biblioteca; Laboratório de Informática; Banheiros para professores; Banheiros para servidores; Banheiros para os alunos – Masculino e Feminino; Quadro de Esporte – Descoberta; Pátio para recreação; tudo em ótimas condições de funcionamento, contudo não possui sala ambiente. A escola conta com alguns recursos didáticos como: televisão e aparelho de DVD, Vídeo Cassete e Data-show, home-teacher, mimeógrafo e equipamentos esportivos e de recreação como bolas, redes, cordas, bambolês etc.

Quanto à qualificação docente, todos que compõem o quadro da escola são graduados em sua maioria com curso de Especialização e dois mestres, porém a escola ainda conta com professores lecionando fora da área de sua formação, a maioria dos docentes tem regime de trabalho de 30 horas.

A Escola não oferece oficinas para a comunidade escolar e externa, porém promove eventos anuais como: Festa Junina, Festa da Criança e Festa da Família, “Pintando o Sete”, com o intuito de promover a interação do alunado, sua família e a escola. Ressalta-se que a Escola Estadual “Carlos Hugueney” encontra-se num estado de conservação razoável, carecendo de uma reforma.

1.4 A ESCOLA ARLINDA PESSOA MORBECK

De acordo com as informações obtidas junto à Direção, a Escola Estadual “Arlinda Pessoa Morbeck”, está situada à Avenida Vereador Lauriston Fernandes Barbosa, s/nº, na Vila Aeroporto, em Alto Araguaia, foi estadualizada em 1989. Os alunos são oriundos de família de baixa renda, mas contamos também com outras famílias cujo poder aquisitivo é um tanto diversificado. As famílias em sua maioria trazem consigo uma cultura quase que primitiva e muitos são analfabetos ou semianalfabetos, os alfabetizados são em número menor. A escola funciona nos três turnos: Matutino, Vespertino e Noturno, num total de vinte turmas; atendendo a uma média de 25 alunos por turma. A Instituição é mantida financeiramente pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEDUC – do Estado de Mato Grosso.

A Escola conta com uma Diretora, vinte e seis docentes, 15 funcionários, duas Coordenadoras Pedagógicas, uma secretária e duas auxiliares, porém não possui bibliotecário, psicólogo, nem nutricionista para acompanhar e melhor atender à clientela da escola.

A Instituição é constituída por 10 salas de aula, sala de Direção; Secretaria; Sala de Coordenação; Sala de professores; Laboratório de Informática; Banheiros para professores; Banheiros para servidores; Banheiros para alunos – Masculino e Feminino; Quadro de Esporte – Descoberta; Pátio para recreação; contudo não possui salas ambientes. A escola conta com alguns recursos didáticos como: televisão e aparelho de DVD, Vídeo Cassete e Data-show e equipamentos esportivos e de recreação como mesa de tênis de mesa, mesa de pimbolim, bolas, redes, cordas, bambolês etc.

Quanto à qualificação docente, todos que compõem o quadro da escola são graduados em sua maioria com curso de Especialização, porém a escola ainda conta com professores lecionando fora da área de sua formação, a maioria dos docentes tem regime de trabalho de 30 horas.

A Escola oferece oficinas para a comunidade escolar e externa como: Artesanato, Pintura, Bordado, Música e promove eventos anuais como: Festa Junina, Festa da Criança e festa da Família, com o intuito de promover a interação do alunado, sua família e a escola. Ressalta-se que a Escola Estadual “Arlinda Pessoa Morbeck” encontra-se em bom estado de conservação.

2. ESTUDIOSOS DESTACAM A IMPORTÂNCIA DO PPP E ABORDAM A QUESTÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Sobre a questão do PPP apontaremos a visão de dois estudiosos que dão enfoque ao tema, sendo eles Wilma Regina de Amorim e Celso Vasconcelos (2010). Esta primeira apresenta um roteiro de elaboração de um PPP com os seguintes passos: Introdução: encabeça o PPP. É a apresentação do documento, onde se encontra o resumo do mesmo, enfatizando seus objetivos; as situações em que ele foi preparado, suas principais ideias, sua importância, quem participou de sua elaboração, etc.

Em seguida, faz-se um diagnóstico: é a apresentação das ideias da instituição escolar e todo o seu contexto, como por exemplo, o ambiente social, cultural e físico; a situação socioeconômica e educacional da comunidade; a caracterização da escola, apresentando sua identidade: histórico da instituição; condições físicas da mesma; qualidade e recursos humanos e materiais; gestão da escolar; organização da escola e do ensino; relações que a escola mantém com a comunidade e por fim, o convívio na escola apresentando as relações interpessoais na escola, bem como a maneira que as questões de violência externa, interna, além da indisciplina são tratadas na instituição.

Em suma, é o relatório minucioso da escola como um todo, onde enfatiza todos os pontos cruciais da instituição e de quem participa do processo educacional.

O terceiro ponto que compõe um PPP é a definição de suas bases: após se verificar os resultados do diagnóstico; são definidas diretrizes baseadas no compromisso de todos que compõem a instituição escolar e, além disso, são estabelecidos os conceitos e os princípios que basearão seu trabalho e simultaneamente, a concepção de educação e seu papel; o papel da escola pública; a concepção do processo de aprendizagem e de avaliação; o perfil do cidadão em formação; os dispositivos legais e constitucionais como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE); Plano Municipal de Educação (PME); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre outros.

Por fim, a concepção de currículo a ser trabalhada pela escola e pelo corpo docente; com apresentação dos resultados educacionais, que é a exposição do desempenho escolar dos alunos e consequentemente, da escola; seus objetivos gerais e específicos; os conteúdos curriculares e sua distribuição no tempo; a definição da orientação pedagógica a ser adotada; dos parâmetros, critérios e formas de avaliação da aprendizagem; dos critérios para elaboração, escolha e uso de material didático. Definição de espaços pedagógicos interdisciplinares e temas transversais. Ou seja, é o cronograma completo do plano de ação da instituição escolar e de seu conjunto.

Wilma Regina de Amorim pontua ainda a definição do plano de atividades que deve contemplar e tratar os problemas de maior urgência ou gravidade descobertos por intermédio do realizado no início da organização do PPP. Para a estudiosa, o estabelecimento de metas é primordial, tendo em vista que há um desenvolvimento dos objetivos que sugerem os resultados esperados em termos quantitativos e em determinados prazos.

Para finalizar, Amorim ressalta a implementação: trata-se do acompanhamento e do auxílio ao cumprimento de tudo o que foi mencionado anteriormente, em outras palavras, é a execução do projeto. Para que o projeto dê certo, devem-se realizar reuniões periódicas com o fim de discutir o rumo do projeto; avaliar as situações imprevistas e como tais situações são tratadas; ajustar as atividades propostas de acordo com a opinião de todos, haja vista que a organização de um PPP não é e nem deve ser trabalho para uma única pessoa, pois não é uma ação isolada. Ao contrário, um documento como este já enfatizado, é da competência de todos os envolvidos no processo de educação, uma vez que contempla positivamente a todos.

Sob a mesma perspectiva, o autor do livro Planejamento. Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico, Celso Vasconcelos (2010), aponta que habitualmente, as escolas seguem um padrão formal e autoritário, que estabelecem as posições que devem ser seguidas pelos professores. Segundo Vasconcelos, esse tipo de ensino torna-se automático, pois tira do educador o direito de “planejar” sua aula conforme seus critérios. Por esse motivo o “planejamento” é visto como uma coisa “chata”, de se realizar e, desse modo, fica subentendido que “professor nenhum gosta de planejar”. Contudo, o autor espera mudar essa visão.

Vasconcellos destaca que o “Papel da Reflexão” serve como um meio de intervenção no processo de transformação, tendo em vista que a reflexão está relacionada a uma área subjetiva e tem como função fazer com que o indivíduo acorde para a vida e esteja preparado para as mais diversas circunstâncias.

Diante do exposto, o autor afirma que o resultado da reflexão se dá por meio do Convencimento – é o que move o desejo de se associar nas ações - e da Intervenção, que se constitui em um caminho razoável de mediação e que esquematiza os objetivos para que haja a ação.

Para Vasconcelos o professor tem um sentimento de desapontamento e frustração, ao se defrontar com planejamento e notar que na prática seu funcionamento não ocorre conforme o estabelecido e que apesar disso, as cobranças e pressões sobre ele, no que diz respeito ao planejamento, continuam. Todo esse conjunto leva o educador a realizar seu trabalho considerando-o apenas como algo formal, porém, ele não tem gosto pela realização de sua atividade em si, ele torna-se um ser autômato e muitas vezes, passa esse sentimento de frustração para os seus alunos, mesmo sabendo que não tem esse direito.

3. O QUE É GESTÃO ESCOLAR E COMO FUNCIONA?

Heloísa Luck trás em seu livro Dimensões da gestão escolar e suas competências, o conceito de gestão escolar; seus objetivos e competências.

Segundo a autora, a qualidade da educação está fundamentada na competência dos profissionais da área, em oferecer para a sociedade em geral e, principalmente aos alunos, experiências educativas formativas que consigam promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para enfrentar o mundo globalizado em que vivemos.

Luck elenca que desenvolver ininterruptamente a competência profissional é um desafio que deve ser enfrentado pelos profissionais, pelas escolas e pelos sistemas de ensino, tendo em esta se estabelece na condição principal da qualidade de ensino. Diante disso, a autora ressalta que escola nenhuma instituição pode ser melhor que seus profissionais.

A autora afirma que a constante busca pela qualidade e melhoria da educação num âmbito geral, passa pela demarcação de padrões de desempenho e de competências de diretores escolares, dentre outros profissionais afins, de maneira a guiar o seu desenvolvimento. Os sistemas, as redes de ensino, as instituições escolares e os profissionais enfrentam esse desafio e passam a se instituir na ordem do dia das discussões sobre melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com Luck, dentre as diversas atividades atribuídas ao gestor escolar, destacam-se: a orientação de todos os segmentos e áreas de atuação da escola na definição de padrões de desempenho de qualidade na escola e na verificação de seu atendimento; a análise comparativa dos indicadores de desempenho da escola, nos últimos anos; a identificação dos avanços e aspectos em que é necessária maior concentração de esforços para sua melhoria; promoção e orientação da aplicação sistemática de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos, de modo a identificar alunos e áreas de aprendizagem que

necessitam de atenção pedagógica diferenciada e especial, de forma individual e coletiva; análise comparativa dos indicadores de rendimento de sua escola com os referentes ao âmbito nacional (IDEB, SAEB, Prova Brasil, etc.), estadual e local, porventura existentes e estabelece metas para a sua melhoria; informar a comunidade escolar e local sobre as estatísticas ou indicadores produzidos por avaliações externas, como o SAEB, IDEB, Prova Brasil, Provinha, ENEM, debatendo o significado desses indicadores para melhorar a qualidade da educação; diagnosticar as diferenças de rendimento e condições de aprendizagem dos alunos de sua escola identificando variações de resultados em subgrupos e condições para superar essas diferenças; promover na escola o compromisso de prestação de contas aos pais e à comunidade acerca dos resultados de aprendizagem e do uso dos recursos restritos ao estabelecimento de ensino; entre outras funções.

Diante disso, podemos concluir que o papel do gestor escolar é de gerenciamento, uma vez que este presta contas à comunidade escolar como um todo, além de coordenar “sua” instituição.

Wilma Regina de Amorim, estudiosa já citada anteriormente, no início deste artigo, aborda a questão da Gestão Escolar e afirma que na última década, a palavra Gestão recebeu novo significado e ganhou um “ar” de nobreza.

Segundo Amorim, Gestão é conceituada como o ato de dirigir e decidir, portanto, deve ser uma atividade estruturada na definição e na prática dos objetivos educacionais.

É um elemento determinante na eficácia escolar, educação e o ensino e dessa maneira, a prática administrativa e Gestão Escolar devem estar a serviço do profissional da área da educação.

Um bom gestor deve demonstrar flexibilidade; visão estratégica; espírito de direção e motivação; coragem; visão e postura firme. Ou seja, deve ser um verdadeiro líder.

A instituição escolar tem por finalidade desenvolver nos alunos suas capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras e concomitantemente, a autonomia moral de cada indivíduo que está se formando, bem como sua preparação para o trabalho e para o mundo.

Na sociedade pós-moderna, o gestor tem a capacidade de trabalhar em equipe; comunicar-se com os colegas que o auxiliam nesse processo; gerenciar e se responsabilizar pela instituição e por tudo que o cerca no âmbito escolar.

É um trabalho que requer a superação de desafios, por exemplo, a aprendizagem do aluno não se dá da mesma forma com todos, por isso, deve ser levado em consideração, os valores morais e sociais de cada um, além de seus aspectos informativos e intelectuais. Conhecido isso, o gestor e outros envolvidos devem refletir sobre o conjunto de informações adquiridas e pensar em como se dará a ação que culminará na educação dos alunos.

Sintetizando, o trabalho de gestão escolar é árduo e extremamente necessário, haja vista que é a partir daí que nasce todo o processo de ensino e aprendizagem que resulta na formação de cidadãos.

4. A EDUCAÇÃO SOB A VISÃO DE GRANDES EDUCADORES

4.1 Henri Wallon

Médico, psicólogo e filósofo francês. Nasceu em 1879 e faleceu em 1962. Foi professor da Universidade Sorbonne e vice-presidente do Grupo Francês de Educação Nova - instituição que ajudou a revolucionar o sistema de ensino daquele país e da qual foi presidente de 1946 até a sua morte.

Wallon foi um educador de grande renome e dedicou-se a conhecer a infância e os caminhos da inteligência nas crianças. No ano de 1947, propôs mudanças estruturais no sistema educacional francês e coordenou o projeto de Reforma do Ensino que ficou conhecido como Langevin-Wallon. Tratava-se de um conjunto de propostas equivalente à nossa Lei de Diretrizes e Bases e no ano seguinte, lançou a revista Enfance, que serviu de base para novas idéias no mundo da educação.

Hoje em dia fala-se que a escola deve proporcionar formação integral, intelectual, afetiva e social às crianças, entretanto, no início do século passado, tal ideia foi uma grande revolução no ensino e quem protagonizou essa revolução foi Henri Wallon. Sua teoria pedagógica enfatiza que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um simples cérebro.

Ao contrário dos métodos tradicionais, Wallon expôs o desenvolvimento intelectual de maneira mais humanizada, considerando o indivíduo como um todo. Para ele, afetividade, emoções, movimento e espaço físico se se encontram num mesmo plano e, ajudam na formação do eu como pessoa, por isso, as atividades pedagógicas e os objetos devem ser trabalhados de formas variadas.

Dentre diversas teses levantadas por esse grande mestre da educação destaca-se a seguinte: “Reprovar é sinônimo de expulsar, negar, excluir. Ou seja, é a própria negação do ensino". Essa afirmativa de Wallon demonstra sua resignação em reter o aluno na série cursada e sua crença de que tal atitude era uma espécie de desinteresse pelo aluno de maneira geral, haja vista que o aluno era avaliado apenas no conteúdo escolar. E foi pensando dessa forma que os mentores da Escola Ciclada ou Formação de Ciclos Humanos implantaram tal sistema nas instituições do Brasil.

Para o teórico em questão, as emoções têm papel predominante no desenvolvimento do indivíduo, tendo em vista que é por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e vontades. Geralmente, são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, que é pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino, entretanto, a escola tende em imobilizar a criança numa carteira, limitando a fluidez das emoções e do pensamento, tão necessária para o desenvolvimento completo da pessoa.

Wallon realizou estudos com crianças entre 6 e 9 anos de idade que apontaram que o desenvolvimento da inteligência depende essencialmente de como cada uma faz as diferenciações com a realidade exterior. Primeiro porque, concomitantemente, suas idéias são lineares e se misturam - ocasionando um conflito permanente entre dois mundos: o interior, povoado de sonhos e fantasias; e o real, cheio de símbolos, códigos e valores sociais e culturais.

4.2. Philippe Perrenoud

Philippe Perrenoud destaca que o professor atual deve desenvolver algumas competências que reflitam diretamente em seu trabalho com os alunos; além disso, deve também conhecer os conteúdos a serem trabalhados e transmiti-los de forma clara e objetiva; considerando ainda o conhecimento de mundo de seus alunos. Para que isso ocorra, Perrenoud propõe dez competências que para ele são importantes e que os educadores deveriam desenvolver se não todas, pelo menos algumas delas: Organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar

os deveres e dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação contínua. Com isso, o autor acredita que haja um ensino de melhor qualidade.

4.3 Regina Waitz

Em seu artigo O Ensino da Literatura e seu Espaço de Formação, Regina Waitz faz algumas ponderações a respeito do ensino da Literatura no curso de Letras e aborda questão de uma suposta crise das literaturas. Segundo a autora supracitada, grande parte dos alunos que iniciam o curso superior não possui o costume de ler, muitas vezes porque não conseguem interpretar textos mais difíceis.

Para a autora, há um contraste em nossa sociedade no que se refere à literatura, haja vista que por um lado temos uma maioria da população é carente e não tem acesso à educação e cultura, e, por outro lado, uma minoria, com condições elevadas e acesso a todo tipo de educação e cultura, porém sua opinião é a de que a literatura deveria fazer parte da vida de todas as pessoas independente de classes sociais, uma vez que nos faz pensar nos valores, cultura e na identidade do contexto ao qual pertencemos. Entretanto, Waitz afirma que a literatura não é prioridade, ou seja, foi posta em segundo lugar e faz-se necessário trazê-la de volta para a sala de aula despertando o interesse dos alunos e ajustar vários caminhos para que o aluno compreenda o texto.

Para finalizar, ela expõe a necessidade de haver dois espaços de formação do professor-leitor: sala de aula, onde o espaço e o aprendizado são limitados, e, um projeto de extensão que torna o trabalho mais eficiente e contribui para o aprimoramento do senso crítico do aluno e contribui para a formação do leitor. Em suma, a já mencionada autora finaliza afirmando que a literatura é um processo de humanização e dessa forma, o papel principal da escola é formar sujeitos sociais e humanizados.

4.4 Antonio Candido

Antonio Candido em sua palestra, a qual gerou o artigo A Literatura e a Formação do Homem, expõe que a Literatura tem uma função humanizadora. Sua função educativa é muito mais complexa do que pensamos.

Já em sua obra O Direito à Literatura, Candido enfatiza que os Direitos Humanos Universais de forma geral, foram constituídos para que as condições humanas em qualquer lugar e para qualquer um, independentemente de qualquer tipo de distinção que se sobrepusessem aos seres humanos. Dentre esses direitos intransferíveis há o direito à literatura.

Candido elenca que quando o assunto é “direitos humanos” existe uma contradição, pois com a evolução e os avanços tecnológicos constantes no mundo, atualmente os homens são cada vez mais beneficiados, e as barbáries humanas foram mascaradas. Mesmo sabendo que todos possuem direitos iguais, os homens estão cada vez mais egoístas, brutos e individualistas.

Dessa forma, embora a tecnologia tenha trazido benefícios a muitos, para alguns representou mais miséria e maior distanciamento da igualdade social que todos sonham. A nova geração é

capaz de garantir os direitos do homem, entretanto, muitos acreditam que basta oferecer habitação, alimento e educação básica à população para garantir esses direitos. Outros encaram os direitos de seu semelhante como menos urgentes ou menos importantes do que os seus.

Segundo o autor, a literatura cumpre funções importantes na vida do homem e a primeira delas é a de satisfazer a necessidade que o espírito humano tem de fantasiar, de mergulhar no mundo dos sonhos, é um bem incompreensível. Finalizando, para Candido, a literatura tem uma função social, tendo em vista que transmite ao leitor propositadamente conhecimentos sobre a sociedade, a realidade política e humanitária e o universo social.

4.5 Regina Zilberman

A autora Regina Zilberman, por sua vez, expõe em seu livro intitulado A leitura e o ensino de Literatura (obra dividida em duas partes, sendo que a primeira possui cinco capítulos e a segunda possui nove capítulos) inicialmente a questão da “Formação do Leitor”, enfatizando que no final da década de 70 diagnosticou-se uma crise de leitura e a partir de então, foi proporcionado um espaço mais amplo para a obra literária em sala de aula.

A educadora Regina Zilberman destaca ainda que há um esforço no Brasil para disseminar a produção de textos literários infantis e por esta razão, diversos programas de acesso ao livro são patrocinados, em face de que o texto é o mediador entre o indivíduo e o mundo e sendo assim, ler é como se pudéssemos “viver a realidade” por meio do “modelo transcrito no texto”.

Com a leitura o indivíduo é capaz de aceitar os fatos e assimilar os valores da sociedade a qual está inserido, haja vista que ele internaliza regras antes desconhecidas. Finalizando essa questão, a autora afirma que a formação do leitor não deve estar relacionada a uma crise de leitura, mas a uma tomada de posição quanto ao significado do ato de ler.

No que diz respeito à “Democracia, Educação e Leitura”, a estudiosa destaca que na democracia o princípio básico é a participação efetiva de todos, contudo, isso não ocorre, haja vista que crianças, idosos, soldados, presos, doentes mentais e analfabetos são excluídos desses direitos. Dessa forma, a escola é a instituição que integra um governo de participação popular, uma vez que a alfabetização impulsiona a aprendizagem como um todo.

É ressaltado ainda que a burguesia legitimou a necessidade de escolarização, tendo em vista que tal privilégio era reservado à poucos e com isso, tornou-se obrigatória a frequência escolar universal e gratuita.

Em relação à “Leitura e Popularização”, Zilberman afirma que se faz necessário haver uma literatura popular direcionada às pessoas com menor poder aquisitivo. Dessa forma, a existência e a continuidade de uma literatura popular sugerem que ela é exequível, porém, esse fato não pode ser independente dos traços que a vêm caracterizando ao longo do tempo. É sob essas novas circunstâncias que surge e se afirma a leitura enquanto prática social.

Acerca da “Leitura e Sociedade Brasileira”, a autora enfatiza primeiramente o perfil da sociedade contemporânea segundo Raymond Williams, que a caracteriza de modo genérico e afirma que desde o século XVIII, essa sociedade vive sob o símbolo da longa revolução que se situou em três níveis, sendo a revolução industrial que atingiu as áreas tecnológica e científica; a revolução democrática; e, a revolução cultural, considerada concomitantemente, de menor valor e dispensável. No Brasil, a literatura infantil, começou a ganhar espaço regular no final do século XIX, após o sucesso comercial das adaptações de Figueiredo Pimentel, editadas pela Livraria Quaresma.

Diante dos fatos, a autora supracitada afirma que para leitura ser considerada como processo democrático é indispensável a criação de alguns projetos, entretanto, isso faz-se depende de uma política educacional, aberta para toda a população, sem discriminação; e uma política cultural, direcionada à leitura.

Em relação à “Política Cultural no Brasil: o acesso ao livro e à leitura”, Zilberman aponta que após a Revolução de 30 a rede pública foi ampliada e diferentes graus de ensino foram impostos, entretanto, o crescimento da rede particular também foi visível e com o passar do tempo, tornou-se uma educação de melhor qualidade.

A autora elenca ainda que nos anos 70 o analfabetismo não foi extirpado, embora o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tenha feito bastante esforço, tendo em vista que as pessoas não melhoraram suas condições financeiras, nem os livros baixaram de preço. Diante dos fatos, aponta-se que é preciso que haja uma política de leitura que torne o livro mais acessível.

Quanto ao “Professor e as Novas Metodologias e a Mudança no 1º grau”, Zilberman elenca que a administração portuguesa privou o Brasil de um sistema educacional autônomo e até hoje, o país luta para ter um ensino de melhor qualidade. O ensino contemporaneo passa por grandes dificuldades, tais como: estrutura e funcionamento; recursos financeiros e recursos humanos. Diante dos fatos, é necessário que se diferencie metodologia e estratégia para que o professor atinja seus objetivos didáticos.

Sobre “ O grau zero da comunicação e expressão” é ressaltado no texto já mencionado que a multiplicidade de licenciaturas em todo o território brasileiro; a aceitação da licenciatura curta; o surgimento de cursos noturnos e a expansão das faculdades particulares foram medidas tomadas na década passada e apoiadas pelo governo.

Sobre “a Contribuição do Livro Didático”, a pesquisadora afirma que o ensino de literatura na escola brasileira divide-se em segmentos e a literatura, enquanto evento cultural e social depende da forma como a leitura é vista pelos educadores. Num livro os textos selecionados devem permitir uma compreensão global imediata, e a verticalização da compreensão. Os bons textos ensinam a escrever e a falar bem e o livro didático, concebe o ensino de literatura apoiando-se no conceito de leitura- texto- exercício..

4.6 Paulo Freire

O educador Paulo Reglus Neves Freire foi um grande educador brasileiro., nascido no ano de 1921 e falecido no ano de 1997, que nos deixou muitas frases como reflexão sobre o processo de educação. Dentre ela destacamos as seguintes: “Ensinar não é transferir conhecimento; Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”.

Com isso, o educador quer mostrar para os profissionais da área da educação que não basta transmitir para o aluno aquilo que sabe ensinar e considerar o aluno como um todo.

“Quando lançamos uma semente na terra, juntamos a ela a esperança e a certeza de que vai nascer uma planta. Da planta, o fruto e do fruto, novas sementes. Mas é preciso acreditar e plantar com certeza de que mesmo que em longo prazo, a semente germinará”!

O educador utilizou aqui uma metáfora para afirmar que da mesma forma que plantamos uma semente com cuidado, zelo e esperança para que ela nasça, cresça, dê bons frutos e consequentemente, gere novas sementes, nós professores, devemos “lançar sementes” na mente e nos corações de nossos alunos para que eles possam assimilar a boa educação e o conhecimento que estamos lhes transferindo e, em decorrência disso, eles se tornem cidadãos capazes de transmitir conhecimentos a outrem.

Devemos ensinar com amor, com cuidado e dedicação, acreditando que daqueles educandos sairão boas ações ou bons frutos. A esse respeito, podemos apontar mais uma frase de Freire: “É impossível ensinar sem esta coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar".

4.7 O que dizem os PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também conhecidos como PCNs é um documento elaborado pelo Governo Federal. Constitui-se de uma referência para as discussões curriculares da área com o intuito de contribuir com técnicas e educadores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas.

A partir do final da década de 60 e início da década de 70 houve a necessidade de reformular as propostas do ensino de Língua Portuguesa. Entretanto, somente nos anos 80 é que os avanços na área da educação passaram a ser consolidadas.

Diante do exposto, os PCNs destacam que um projeto educativo que se compromete com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para a garantia de que todos os alunos tenham acesso aos saberes linguísticos necessários para que os mesmos possam exercer a cidadania, uma vez que é por meio da linguagem, que os indivíduos podem expressar idéias, pensamentos e intenções, estabelecendo relações interpessoais inexistentes antes e influenciando o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e mudando o rumo de suas reações.

Nos PCNs é enfatizado ainda que a tarefa de educar é de todos os professores, independente de disciplina, haja vista que todos dependem da língua para que os aspectos conceituais de sua disciplina sejam desenvolvidos e compreendidos. Sendo assim, a mediação do professor é fundamental, haja vista que possibilitam aos alunos o contato crítico e reflexivo com o diferente e o descobrimento dos implícitos das práticas de linguagem sobre os aspectos não percebidos inicialmente articulados ao conhecimento dos recursos discursivos e linguísticos.

Assim, a escola pode utilizar amplamente os métodos tecnológicos da comunicação e da informação no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à formação do professor e seu ofício Antonio Nóvoa apresenta paradigmas propostos para a educação brasileira e enfatiza que há três “AAA” que sustentam o processo de identidade dos professores: Adesão, Ação e Autoconsciência. A adesão se dá pelo fato de que um professor adere a princípios e valores e adotam projetos para investir positivamente nas capacidades das crianças e dos jovens. Quanto à Ação, o professor escolhe as melhores formas de agir tomando decisões de cunho pessoal e profissional.

A Autoconsciência se dá porque tudo é decidido no processo de reflexão por parte do professor em relação á sua própria ação. Geralmente, podemos observar que há uma desvalorização desta profissão. Diversas vezes o professor é “levado a dar aulas em condições” que não, são compatíveis ao desenvolvimento de uma pratica pedagógica produtiva. Em outras palavras pode-se afirmar que as instalações precárias dos “aparelhos escolares”, as dificuldades; as carências dos alunos; a falta de perspectiva financeira impulsiona a desistência precoce de um dom que, outras situações, teriam tudo para ser bem sucedida.

É tarefa do professor, administrar as diferenças, sem desmotivar seus alunos, independente do estágio em que estes se encontram quanto as suas expectativas; promover um ambiente em que os alunos possam trocar experiências e assim, possam ser beneficiar no processo de aprendizagem. Com esta atitude, o professor não será visto como o sujeito exclusivo, detentor de conhecimento, e, os alunos serão apontá-los como capazes de contribuir para a concretização do processo de ensino e aprendizagem. ‘ Ressalta-se, porém que no processo de ensino e aprendizagem, em certas situações, é evidente que o professor terá uma maior atuação, oferecendo apoio e atenção, entretanto, apenas a disposição do professor em ensinar não é o suficiente, tendo em vista que os alunos precisam ter a mesma disponibilidade para participar de tal processo. Além de ensinar e mediar o ensino, o professor dever motivar os alunos para a aquisição de conhecimentos. Apesar de o professor ser a “peça central” no projeto coletivo que direciona as ações da escola, a integração das famílias é de suma importância para que os alunos aprendam a sentido da cidadania.

A participação da família na escola garante espaço para a troca de informações e o debate entre pais e professores, visando o aprendizado alunos e permitindo uma relação transparente entre professor e famílias.

A postura ética do professor perante seus alunos é o que dá sustentação nessa relação e para o desenvolvimento de uma “postura educativa coerente com a cidadania”, o professor precisa prevenir a violência dentro ou fora da escola; combater todas as formas de preconceitos e discriminações; criar regras de vida comum referentes à disciplina, às penalidades e apreciação

de condutas, nas escolas; analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula; e, desenvolver o senso de responsabilidade, solidariedade e senso de justiça. Agindo dessa maneira, o educador cumprirá com sua função que é a de formador de mentalidades. .

5. CONCLUSÃO

Após leituras e releituras de materiais teóricos que abordam a questão da educação, foi possível perceber que desde o início do processo educacional, muitas coisas mudaram e apesar de a educação ainda não ser prioridade no Brasil, podemos observar que houve melhoria, tendo em vista que inicialmente, o direito à educação era privilégio de poucos, ou seja, somente os filhos de famílias abastadas financeiramente podiam estudar.

Atualmente graças à luta de diversos educadores que nos antecederam, nossas crianças e nossos jovens têm o direito de estudar em escolas gratuitas.

Podemos observar que os avanços tecnológicos muito contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem e os profissionais da área da educaçao devem estar abertos às novas formas de se ensinar, acompanhando tais avanços, tendo em vista que a educação é vista como a porta que dá acesso para um mundo moderno e globalizado.

Ressaltamos também que o papel do Gestor escolar é de suma importância, uma vez que é ele quem gerencia a instituição de ensino e comanda todo o processo educacional e ao

seu lado, existem os “coadjuvantes” que atuam nesse processo de mediação entre Escola- Aluno- Sociedade.

É de extrema necessidade que cada Instituição Escolar tenha um Plano Político Pedagógico (PPP) para melhorar sua qualidade de ensino; elaborar questões avaliativas acerca da atuação dos professores e pensar nas soluções para possíveis problemas. Enfim, o processo de ensino e aprendizagem em uma Instituição escolar envolve um conjunto de pessoas e todas elas têm papel fundamental. Desde o gestor; o coordenador; os professores; os alunos; os funcionários de apoio até a comunidade, todos tem sua parcela de participação e contribuição para que se tenha sucesso nas atividades educacionais de uma instituição.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Wilma Regina de. Gestão escolar (aula em Power Point)

AMORIM, Wilma Regina de. Projeto Político Pedagógico (aula em Power Point)

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Ensino Médio). Brasília: MEC, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagem, códigos e suas tecnologias.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Ciência e Cultura. n. 24(9), 1972, (p. 803-809)

\_\_\_\_\_\_. O direito à literatura. In:\_\_\_\_\_\_. Vários escritos. São Paulo: Duas cidades, 1995.

FERRARI, Márcio (novaescola@atleitor.com.br). Acesso em 05 de julho de 2013.

LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento. Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 21ª Ed. São Paulo: Lebertad, 2010.

WAITZ, Inês Regina. “O Ensino da Literatura e Seu Espaço de Formação”. s.d. texto acessado por meio do site de busca WWW.google.com.br.

ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991